

## MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIOS = MARIA DOS SANTOS FRANCISCO,

DIOGO DOS SANTOS FRANCISCO E

DANIEL DOS SANTOS FRANCISCO

ENDEREÇO = Rua M-5, esquina com a Av. M-27,

BAIRRO = Jardim Hipódromo

MUNICÍPIO = RIO CLARO

Área a ser anexada à Matrícula 27.525 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro, através de compra pública.

ÁREA = 11.82 M2

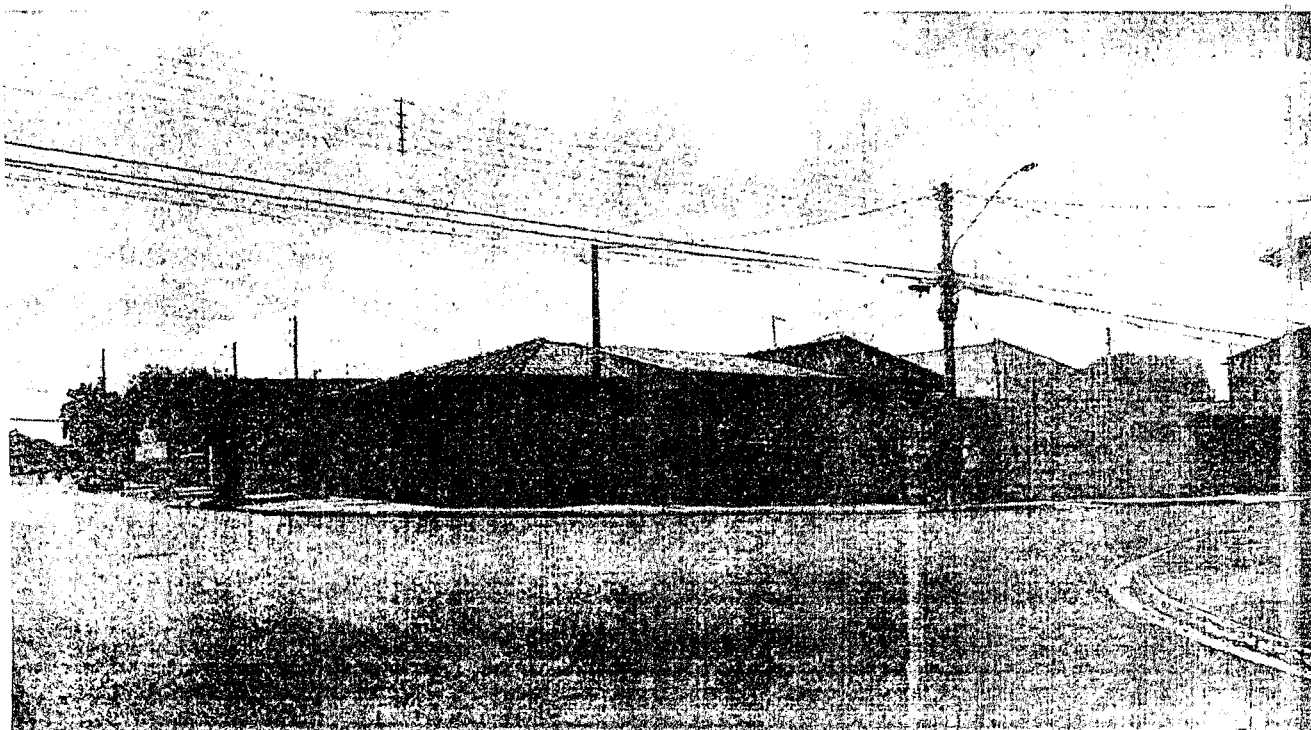
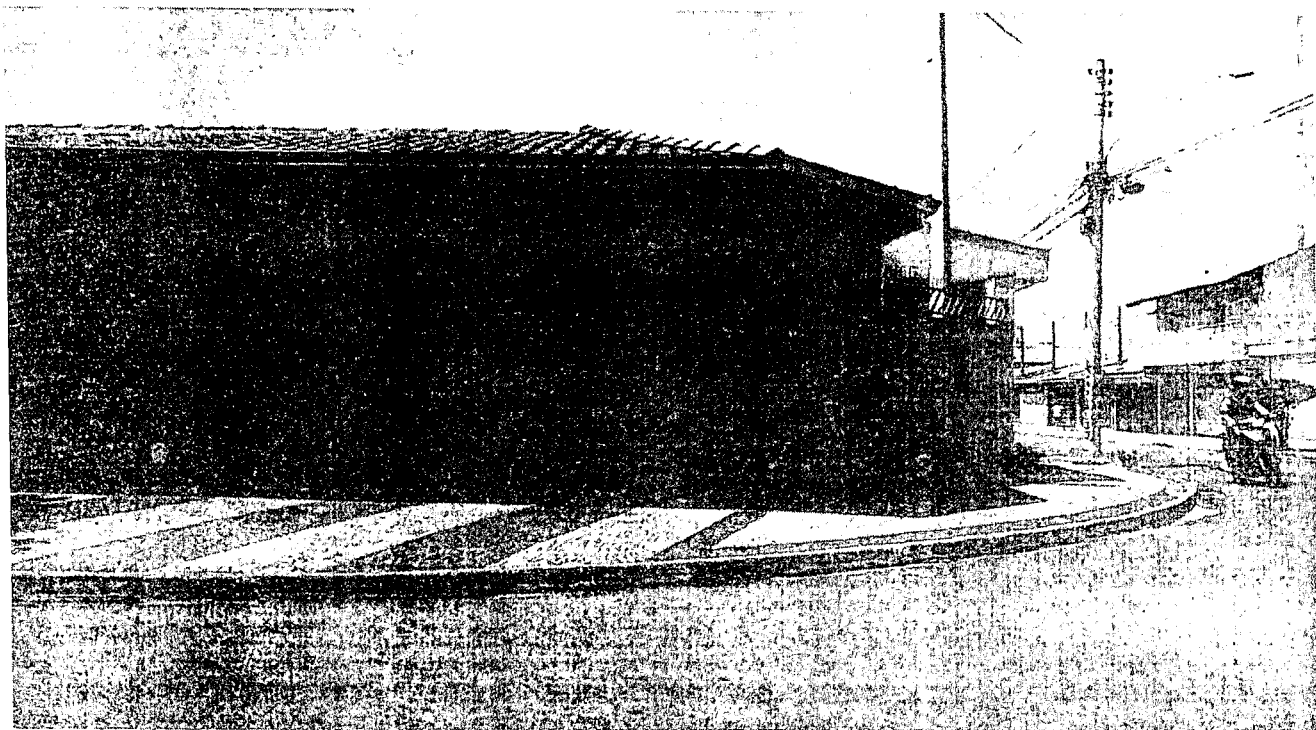
### DESCRIÇÃO:

Inicia pelo ponto "1", situado no alinhamento predial da Av. M-27, distante 6,10 m da divisa do terreno remanescente do lote 2 matrícula 6.000 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro, segue então em curva de 9,00 m de raio e 13,34 m de desenvolvimento, até encontrar o ponto "2", confrontando neste trecho com o terreno objeto da Matrícula 27.525 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro; do ponto "2", segue em linha reta, com azimuth de 267°28'43" e distância de 5,15 m até encontrar o ponto "3", confrontando neste trecho com a Rua M-5; do ponto "3", segue em linha reta com azimuth de 313°33'43" e distância de 5,45 m até encontrar o ponto "4", confrontando neste trecho com a confluência da Rua M-5 com a Av. M-27; do ponto "4", segue em linha reta com azimuth de 357°28'43" e distância de 5,90 m até encontrar novamente o ponto "1", início desta descrição, confrontando com a Av. M-27, encerrando a área de 11,82 m2.

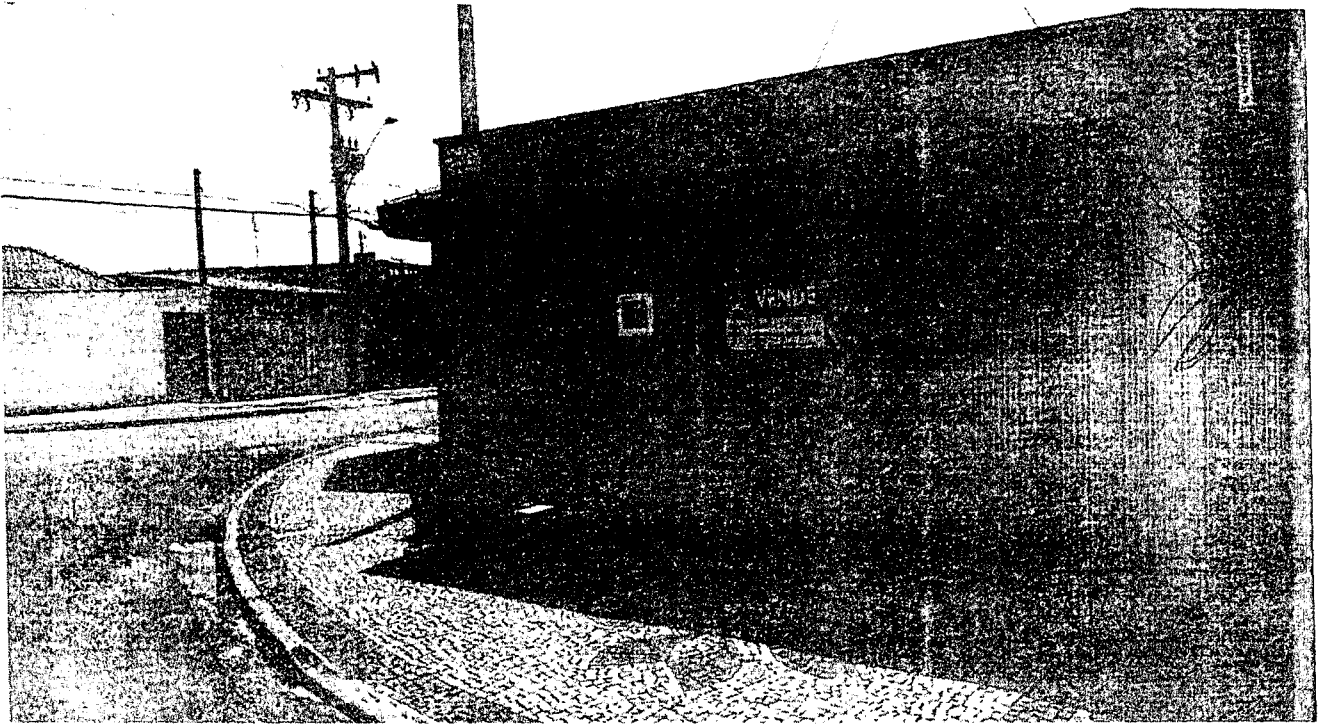
Rio Claro, 16 de março de 2022.

10 2

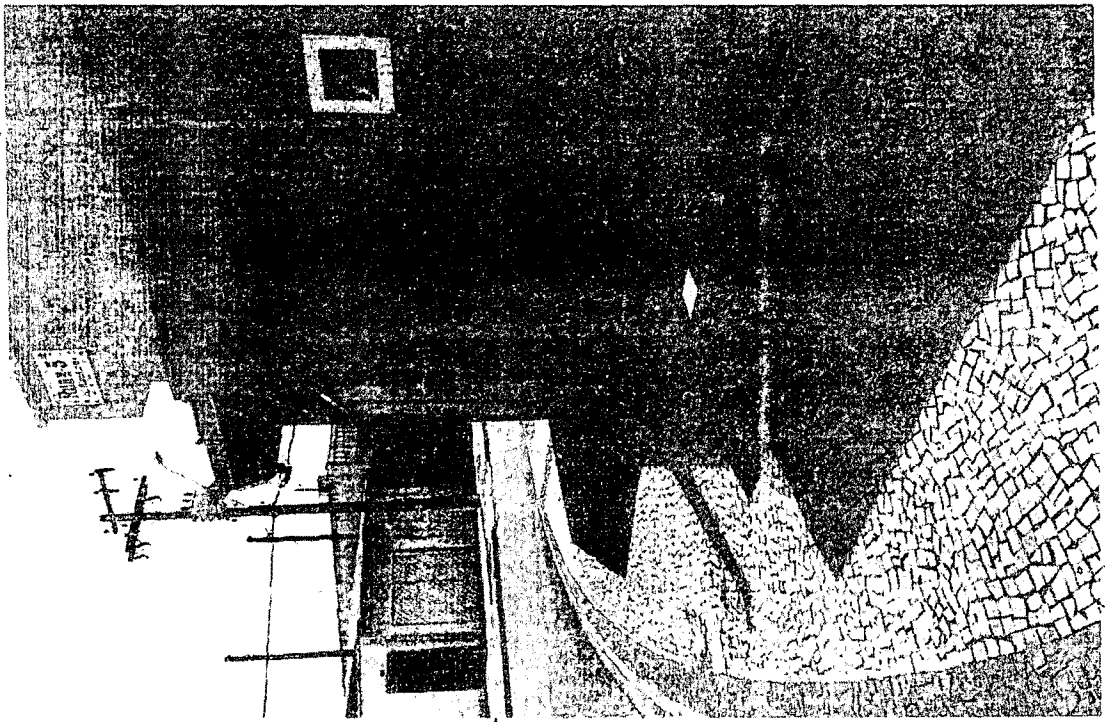
51



①  
10  
#



80



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

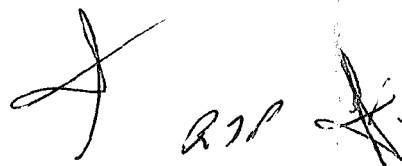
PARECER JURÍDICO Nº 38/2022 - REFERENTE AO PROJETO  
DE LEI Nº 38/2022 - PROCESSO Nº 16021-339-22.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 38/2022, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro.

Primeiramente, vale salientar, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica opinar se o imóvel é remanescente ou inaproveitável para edificação ou não, nem verificar a aquiescência dos proprietários lindeiros do mesmo.

A administração dos bens imóveis compete ao Senhor Prefeito Municipal, em conformidade com o art. 105 da LOMRC, cabendo a esta Casa Legislativa a autorização da alienação com relação aos bens municipais imóveis, conforme art. 14, inciso VIII, alínea “b” da mencionada Lei Orgânica.

## DA LEGALIDADE

Handwritten signature and initials, possibly reading 'RJP'.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

A legalidade vem estampada nos seguintes elementos:

A competência para dispor sobre a referida matéria, por ser um bem imóvel, é de iniciativa do Prefeito Municipal.

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro concede competência ao Sr. Prefeito para a iniciativa de Projeto de Lei complementar e ordinária (art. 44), sendo exigido o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) A Lei Complementar para ser aprovada, concernente à alienação de bens imóveis, dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal (art.43, § 3º, inciso X).

b) Que seja feita uma emenda para transformar o presente Projeto de Lei em Projeto de Lei Complementar (art. 43 e seus parágrafos).

c) Para a aprovação da alienação, faz-se necessária prévia avaliação do imóvel e autorização legislativa, **não tendo sido anexado ao processo a avaliação do imóvel, conforme determina o artigo 107 da LOMRC.**

Assim sendo, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado o Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:



# Câmara Municipal de Rio Claro

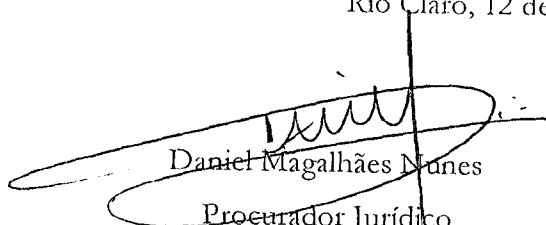
Estado de São Paulo

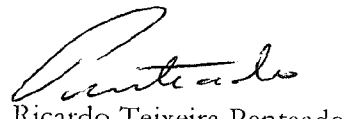
- Que seja apresentada uma Emenda, transformando o presente Projeto de Lei em Projeto de Lei Complementar, artigo 43, § 3º, inciso X, da LOMRC;

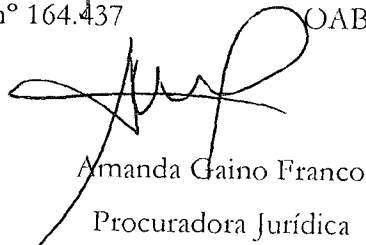
- Que seja apresentado o Laudo da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, conforme artigo 107, caput, da LOMRC.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**, com a ressalva de que o mesmo seja aprovado como Lei Complementar e que seja apresentado o Laudo de Avaliação pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis.

Rio Claro, 12 de abril de 2022.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Pentead  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 038/2022

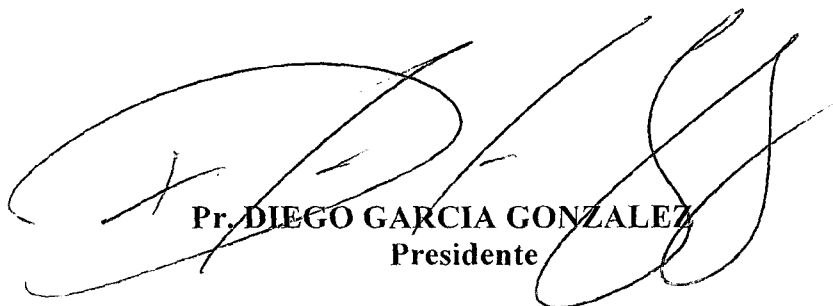
PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 039/2022

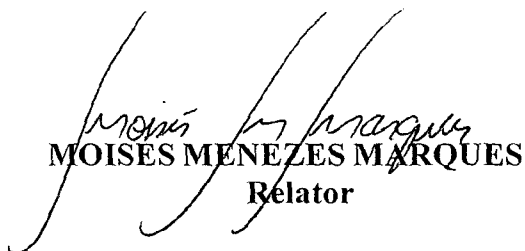
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 02 de maio de 2022.



Pr. **DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Presidente



**MOISES MENEZES MARQUES**  
Relator

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 038/2022

PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 034/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 02 de maio de 2022.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente

Rafael Henrique Andreetta  
Relator



Sérgio Montenegro Carnevale  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 038/2022

PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 036/2022

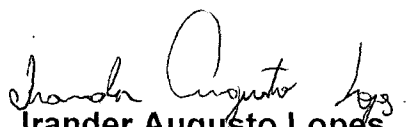
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

A **Comissão de Políticas Públicas** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 03 de maio de 2022.



Thiago Yamamoto  
Presidente



Irander Augusto Lopes  
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 038/2022

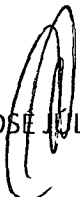
PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 009/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 04 de maio de 2022.

  
JOSE JULIO LOPES DE ABREU  
Presidente

ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA  
Relator

  
CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 038/2022


PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 038/2022

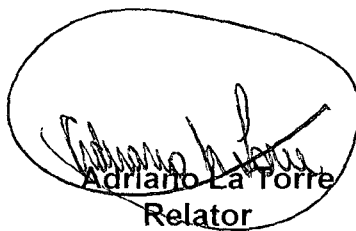
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 04 de maio de 2022.



Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente



Adriano La Torre  
Relator

Vagner Aparecido Baungartner  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 038/2022


PROCESSO Nº 16021-339-22

PARECER Nº 044/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo a alienar área pública inservível ao Município de Rio Claro).

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do Projeto de Lei.

Rio Claro, 05 de maio de 2022.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

Paulo Marcos Guedes  
Membro

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

**EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DIEGO GARCIA GONZALEZ AO PROJETO DE LEI Nº 038/2022.**

## **EMENDA MODIFICATIVA:**

No Projeto de Lei nº 038/2022, onde se lê "Projeto de Lei" leia-se "Projeto de Lei Complementar".

Rio Claro, 03 de maio de 2022.

  
**DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Vereador  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 016/2022

(Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

**Art. 1º.** Fica estabelecido no município de Rio Claro a de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas nas seguintes proporções:

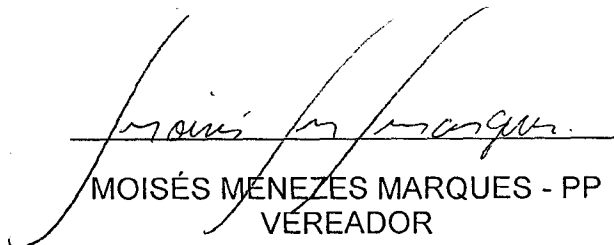
- I. Mínimo de 01 (uma) vagas para escolas com até 100 (cem) alunos;
- II. Mínimo de 02 (duas) vagas para escolas com até 200 (duzentos) alunos;
- III. Mínimo de 03 (três) vagas para escolas com até 300 (trezentos) alunos;
- IV. Mínimo de 04 (quatro) vagas para escolas com até 400 (trezentos) alunos;
- V. Mínimo de 05 (cinco) vagas para escolas com até 999 (novecentos e noventa e nove) alunos;
- VI. Mínimo de 06 (seis) vagas para escolas acima e 1000 (um mil) alunos.

**Art. 2º.** O direito à utilização das vagas exclusivas prevista no artigo 2º fica restrito aos veículos de transporte escolar devidamente cadastrado junto aos órgãos competentes.

**Art. 3º.** Fica limitado o direito à utilização das vagas exclusivas ao tempo necessário para o embarque e desembarque dos alunos transportados.

**Art. 4º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
MOISÉS MENEZES MARQUES - PP  
VEREADOR

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **JUSTIFICATIVA**

A falta de vagas reservadas para os veículos do transporte escolar em frente às escolas causa sérios problemas para o trânsito, em especial estacionamento em fila dupla, além de colocar em risco a integridade física dos alunos que utilizam essa modalidade de condução. Esse projeto de lei tem como objetivo regular a reserva de vagas para os veículos de transporte escolar, com intuito de criar e melhorar as condições de trânsito nas proximidades das escolas, bem como garantir a segurança dos usuários do transporte. A medida se faz necessária, ainda, devido à quantidade de alunos que utilizam deste meio de transporte para as escolas e busca atender aos anseios dos diretores, professores, pais de alunos e principalmente os motoristas de vans escolares, a fim de auxiliar no embarque e desembarque dos alunos em frente as instituições de ensino. Diante do exposto solicito aos demais pares a aprovação do mesmo, contando desde já com o voto de todos, agradeço.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 16/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
16/2022 - PROCESSO Nº 15994-312-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 16/2022, de autoria do nobre Vereador Moisés Menezes Marques, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

13/11/22 67

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso ora analisado, o Projeto de Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro.

Dessa forma, verificamos que a proposta não encontra qualquer obstáculo regimental ou legal, podendo dar prosseguimento ao seu trâmite, seguindo para análise das Comissões Permanentes da Casa Legislativa.

Todavia, para um melhor entendimento da proposta em tela, solicitamos a apresentação de emendas modificativas ao Projeto de Lei nº 16/2022, conforme sugestões abaixo:

## Emenda Modificativa nº 01

Altera a redação do caput do artigo 1º do Projeto de Lei nº 16/22, ficando o mesmo com a seguinte redação:

*“Art. 1º. Fica estabelecido no município de Rio Claro a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas nas seguintes proporções:  
(...)”*

210 68

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## Emenda Modificativa nº 02

Altera a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 16/2022, ficando o mesmo com a seguinte redação:

*"Art. 2º. O direito a utilização das vagas exclusivas previstas no **artigo 1º desta Lei** ficará restrito aos veículos de transporte escolar devidamente cadastrados junto aos órgãos competentes do Município."*

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**, com as ressalvas acima mencionadas.


Rio Claro, 10 de março de 2022.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

PROCESSO Nº 15994-312-22

PARECER Nº 024/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 14 de março de 2022.

  
**Pr. DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Presidente

  
**MOISÉS MENEZES MARQUES**  
Relator

  
**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

PROCESSO Nº 15994-312-22

PARECER Nº 031/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 21 de março de 2022.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

**Rafael Henrique Andreeta**  
Relator

  
**Sérgio Montenegro Carnevale**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

PROCESSO Nº 15994-312-22

PARECER Nº 033/2022


O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 24 de março de 2022.



**Thiago Yamamoto**  
Presidente



**Irander Augusto Lopes**  
Relator

**Rodrigo Aparecido Guedes**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

PROCESSO Nº 15994-312-22

PARECER Nº 035/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 28 de março de 2022.

  
Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente

Adriano La Torre  
Relator

Vagner Aparecido Baungartner  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

PROCESSO Nº 15994-312-22

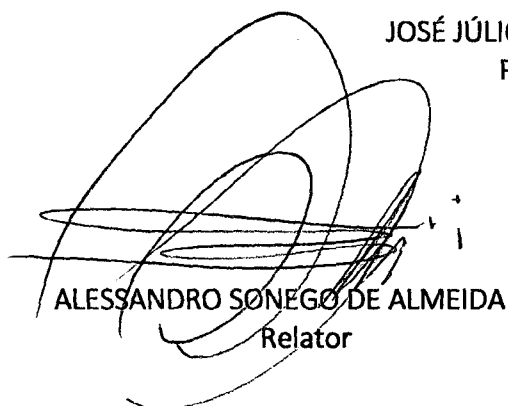
PARECER Nº 003/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 29 de março de 2022.

**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Presidente



**ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA**  
Relator



**CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 016/2022

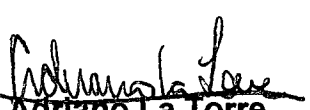
PROCESSO Nº 15994-312-22

PARECER Nº 024/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas situadas no município de Rio Claro).

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do Projeto de Lei.

Rio Claro, 31 de março de 2022.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

Paulo Marcos Guedes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDAS AO PROJETO DE LEI 016/2022

### 01 - EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do caput do artigo 1º do Projeto de Lei nº 16/2022, ficando o mesmo com a seguinte redação:

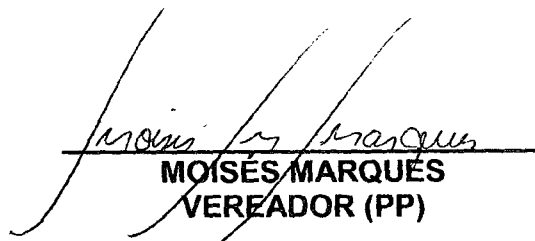
"Art. 1º. Fica estabelecido no município de Rio Claro a obrigatoriedade de vagas de estacionamento para embarque e desembarque de transporte escolar nas creches e escolas nas seguintes proporções."

### 02 - EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 16/2022, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 2º. O direito à utilização das vagas exclusivas prevista no artigo 1º desta Lei ficará restrito aos veículos de transporte escolar devidamente cadastrado junto aos órgãos competentes do Município."

Rio Claro 11 de Março de 2022

  
MOISÉS MARQUES  
VEREADOR (PP)